

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial
95143 7 2007 DP. SC
Al FGC
... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Deputados aperfeiçoam projeto do salário mínimo regional

Comissão de Economia altera proposta original do Executivo, que entra em vigor em janeiro de 2010

Eduardo Guedes de Oliveira



Em reunião no auditório Antonieta de Barros, trabalhadores acompanham votação do projeto, que agora retorna para a Comissão de Constituição e Justiça

Páginas 4 e 5

Chiodini assume cadeira no Legislativo

Protetor solar será gratuito para doentes

População terá direito à laqueadura

Página 7

Julio Garcia toma posse como conselheiro do TCE

Deputado por cinco mandatos, Julio Garcia se despediu dia 1º do Parlamento, assumindo vaga no mesmo dia como conselheiro no Tribunal de Contas do Estado (TCE). Ele sucede Gilson dos Santos na missão de fiscalizar e orientar a correta aplicação de recursos nos municípios e órgãos públicos em Santa Catarina. No balanço de sua trajetória como deputado, Julio Garcia destacou a Lei das Apaes e a reeleição ao comando da Casa.



Carlos Killian

Autoridades prestigiam posse do ex-deputado

Página 3

CCJ aprova mudança nas regras de segurança para casas lotéricas

Página 6

Erva-mate ganha plano de incentivo para plantio em SC

Página 7

Parlamentares defendem rigor para fumantes em ambientes fechados

Páginas 4 e 5

OPINIÃO

Participação e garantia de direitos

O debate sobre as mudanças que são necessárias em nosso país para a ampliação da participação e visibilidade feminina nos espaços de poder reuniu lideranças dos estados brasileiros, em Brasília, durante a realização do Fórum Nacional de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres, esta semana. Coube-me a honra de representar a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina nas discussões, principalmente no Encontro Nacional de Deputadas Federais, Estaduais e Senadoras.

Na programação, com a participação da ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire, tivemos a oportunidade de aprofundar questões como "Mulheres e Poder – Desafios" e também de que forma o Poder Legislativo pode contribuir para a implementação do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Sabemos que, entre as muitas

desigualdades que infelizmente ainda enfrentamos, também é muito pequena a participação das mulheres em espaços públicos como o Poder Legislativo. Podemos tomar como exemplo o nosso Legislativo Catarinense onde, dos 40 deputados, apenas três são mulheres.

Entre as decisões do Fórum, em Brasília, para o avanço das conquistas femininas, está uma carta que será enviada aos governos, legislativos estaduais e municipais, pela implementação do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Esse Plano é resultado da mobilização de cerca de 200 mil brasileiras, que participaram, em todo o país, das conferências municipais e estaduais e elegeram 2.700 delegadas à II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, que aconteceu em agosto de 2007.

Além da carta, as lideranças presentes no Fórum decidiram pela

redação de uma moção na qual é expressa a defesa para que não haja retrocessos para as mulheres, no que se refere à punição da violência doméstica e familiar. A preocupação é para que a Revisão do Código de Processo Penal Brasileiro não atinja as garantias conquistadas na Lei Maria da Penha, que representa um marco na proteção dos Direitos Humanos das brasileiras. E, nesse sentido, o texto da moção é bem claro: "Assim, expressamos nossa confiança no Congresso Nacional em não permitir que o novo Código de Processo Penal seja transformado em um instrumento que possa fragilizar as conquistas das mulheres brasileiras e que reitere que a violência contra a mulher não é mais tolerada pelo Estado e sociedade brasileira e que tal será exemplarmente punida quando ocorrer."

Deputada Ana Paula Lima (PT)

Riqueza do Pré-Sal deve ser dividida

Nessa semana tive a oportunidade de subir à tribuna da Casa e retomar a discussão sobre a proposta de distribuição dos royalties e participações a serem obtidos do petróleo da chamada Camada Pré-Sal. O tema, inclusive, teve grande repercussão entre os deputados e diversas lideranças catarinenses, em nove de julho último, quando eu trouxe ao Estado o presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, deputado Ivar Pavan (PT), para debatê-lo.

A idéia era - e ainda é - mobilizar os estados para que essa proposta ganhe dimensão nacional a partir das discussões no Congresso, onde precisará ser aprovada. Há necessidade de que seja colocada na lei que a divisão desses lucros abrangerá todos os estados e municípios. O Governo Lula chegou a cogitar essa maior distribuição dos royalties, mas as propostas apresentadas mostram que isso, ao que parece, foi descartado.

Como todos o fizeram, tam-

bém vi a mobilização dos governadores do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Espírito Santo na defesa dos seus interesses e, por enquanto, temos a impressão de que houve mudança - e para pior, no projeto inicial. Ficou a criação de um Fundo Social, onde ficará parte da receita da exploração do pré-sal para ser aplicada em obras de infraestrutura, na educação, em projetos de ciência e tecnologia e em ações ambientais e culturais. Algo muito vago, que dependerá, talvez, da vontade política dos governantes, num futuro incerto e longínquo.

O que devemos fazer agora é continuar lutando pela proposta de distribuir parte dessa riqueza entre todos os estados e municípios. Que cada um de nós mobilize sua bancada na Câmara e no Senado para que isso aconteça. É preciso colocar na lei. A idéia do Fundo Social é boa, mas acredito que não será suficiente. Acho que cada estado ou município deve receber esses

royalties na sua conta corrente para, assim, definir onde melhor esse dinheiro será aplicado.

Aliás, nada diferente de como é realizado hoje. Mensalmente, os pagamentos são efetuados para a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) até o último dia do mês seguinte àquele em que ocorreu a produção. A STN repassa os royalties aos beneficiários com base em cálculos efetuados pela ANP, creditados nas contas correntes que os estados e municípios mantêm no banco do Brasil.

Razões não faltam à defesa desse projeto. Entre elas, a simples constatação de que o petróleo e o gás que existem na Camada Pré-Sal são bens de todos os brasileiros. É uma riqueza de propriedade de todos os brasileiros e as brasileiras. E assim deve ser administrado. Para que todos aproveitem essa dádiva.

Deputada Professora Odete de Jesus (PRB)

FCDL na Assembleia

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), recebeu na tarde do dia 2, em seu gabinete, o presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas (FCDL), Sérgio Alexandre Medeiros. Ele solicitou a Jorginho Mello a implantação de um sistema de acompanhamento das matérias de interesse dos setores produtivo e econômico, em tramitação na Casa. Entre as matérias, está o projeto que

trata do salário mínimo regional. Sérgio Medeiros disse é favorável à livre negociação. "Esse projeto do Executivo não observa as diferentes realidades regionais e aumenta as despesas com os encargos salariais".

Jorginho Mello considerou produtiva a conversa com Medeiros e fez questão de ressaltar que o Parlamento tem o maior interesse em mostrar de forma clara e transparente as ações e decisões do Legislativo estadual.

Carlos Kilian



Jorginho Mello com o presidente da FCDL, Sérgio Medeiros

Solon Soares



Comitiva de Praia Grande

O presidente Jorginho Mello recebeu ainda a comitiva liderada pelo presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Praia Grande, Célio Patrício, com a presença dos vereadores José Álvaro da Rosa (PSDB) e Valney da Silva (PSDB) e do presidente da Câmara de Vereadores do município, Jorival Hendz (PP). Eles convidaram Jorginho Mello para prestigiar o XXVI Rodeio Crioulo, que acontece em Praia Grande, no Extremo-Sul do estado, no dia 15 de outubro.

Mesa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Jorginho Mello (PSDB)

1º Vice-Presidente: Gelson Merísio (DEM)

2º Vice-Presidente: Jailson Lima da Silva (PT)

1º Secretário: Moacir Sopelsa (PMDB)

2º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: Ada Faraco De Luca (PMDB)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 10 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Scheila Dziedzic e Tatiani Magalhães

Edição de notícias do site: Andrea Leonora

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotografia: Alberto Neves, Carlos Kilian, Cleber Latrônico, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Fernanda de Bem Urban, Jamile Machado, Karina Azevedo das Neves, Luciano de C. Oliveira e Maria do Carmo Kravchychyn

Clipagem: Flávia Jacome, Luiz Firmino Hames Jr e Moacir Cardoso

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Mônica Meyer e Simone M. Alves

INSTITUCIONAL

Julio Garcia toma posse como conselheiro do Tribunal de Contas de Santa Catarina

Com cinco mandatos como deputado estadual, democrata sucede Gilson dos Santos no TCE

O ex-deputado Julio Garcia tomou posse como conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE-SC), dia 1º, em sessão especial do órgão. Ele assumiu a vaga deixada pelo ex-conselheiro, agora aposentado, Gilson dos Santos. Indicado pelo governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), foi eleito pela unanimidade dos deputados estaduais na sessão de 26 de agosto.

A sessão especial de posse do TCE reuniu os dirigentes dos três Poderes - governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), vice-governador Leonal Pavan (PSDB), presidente do Parlamento catarinense, deputado Jorginho Mello (PSDB), e presidente do Tribunal de Justiça, desembargador João Eduardo Souza Varella. O conselheiro José Carlos Pacheco, presidente do TCE, conduziu a cerimônia, que foi prestigiada por mais de 20 deputados estaduais de diversas siglas, senador Raimundo Colombo (DEM), três ex-governadores, prefeitos e lideranças, além dos amigos e familiares.

O novo conselheiro terá a função de fiscalizar e orientar os municípios e órgãos públicos estaduais na aplicação de recursos. Julio Garcia destacou que pretende utilizar a experiência adquirida na vida pública para fortalecer o Tribunal de Contas. O ex-parlamentar agradeceu os ensinamentos da mãe e também a todos os que contribuíram

para sua posse: Gilson dos Santos, Luiz Henrique da Silveira e parlamentares.

Julio Garcia presidiu a Assembleia por dois mandatos sucessivos nos anos de 2005 a 2008, sendo sucedido por Jorginho Mello em fevereiro deste ano. A convivência harmoniosa com os colegas parlamentares também foi ressaltada. "Este foi um aprendizado valioso. O respeito norteou nossas relações. Sou grato pela unanimidade que me foi concedida em vários momentos", agradeceu.

Responsável pela indicação de Julio Garcia à vaga, o governador ressaltou a figura pública do indicado. "Estou muito feliz, porque esta indicação veio premiar a sua capacidade política e administrativa. Ele vai ser um grande conselheiro", disparou.

Jorginho Mello também homenageou o novo conselheiro. "Julio honrou seu mandato e vai continuar tendo destaque fiscalizando os recursos públicos", declarou. Por sua vez, Pacheco comemorou a sua chegada ao tribunal. "Ganhamos um grande parlamentar, conhecedor da Justiça. Ele vem agregar aos que aqui já estão."

Julio Garcia afirmou que a ação que mais o realizou foi destinar 1% dos recursos do Fundo Social para as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais. "Serei agora voluntário da Federação das APAES", concluiu.



Na sessão especial do TCE, o novo conselheiro foi prestigiado por autoridades de diversas siglas e regiões

Aprendizado no exercício da democracia

Silêncio absoluto no Plenário Osni Régis para ouvir o discurso de despedida do deputado Julio Garcia (DEM) que, depois de 17 anos, deixou o Parlamento catarinense. Emocionado, Julio Garcia destacou que aprendeu muito na Casa Legislativa.

"Não sei se estou diante de um sonho ou de um pesadelo. Não sei o que sentir. Aqui eu tive um grande aprendizado de convivência, de respeito às diferenças e do exercício da democracia", disse.

No discurso, Garcia destacou três momentos no Parlamento.

O primeiro, a sua eleição para presidente da Assembleia Legislativa, em 2005, pela primeira vez por unanimidade e voto aberto. O segundo no mesmo ano, a aprovação da chamada Lei Julio Garcia (n.º 13.633), enviada pelo parlamentar quando assumiu o governo do Estado por 12 dias; o terceiro, a reeleição como presidente da Assembleia, em 2007.

"Todas as conquistas vividas por mim na Assembleia Legislativa foram vitórias maiúsculas. Na verdade, não considero vitórias minhas, mas sim do Parlamento catarinense, que começou a viver

uma fase extraordinária de convivência harmônica."

Os servidores da Casa foram cumprimentados pelo parlamentar que recordou um jargão que usava para defini-los em sua época como presidente.

"Todos os servidores dessa Casa podem ser considerados como carregadores de piano. Todos, juntos, construíram esse Parlamento. Por isso eu digo aos servidores que gosto tanto deles que só vou atravessar a praça. Saio dessa Casa com a consciência tranquila, mas com saudade antecipada", finalizou.

Uma vida pública de conquistas

Natural de Florianópolis, com 59 anos, Julio Garcia é técnico em Contabilidade e fez carreira no Banco do Estado de Santa Catarina (BESC). Exerceu as funções de contador, gerente e diretor de Crédito Geral e Câmbio.

Também ocupou a presidência da Indústria Carboquímica Catarinense S/A (ICC), do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Badesc) e da Companhia de Água e Saneamento de Santa Catarina (Casan).

Foi eleito deputado estadual pela primeira vez em 1986, com 17.129 votos, e cumpriu o mandato de 1987 a 1991. Em

1987 foi líder da bancada do então PFL - hoje DEM. Em 1990 foi reeleito para o mandato de 1991 a 1995, com 16.523 votos. Liderou a bancada de seu partido de 28 de fevereiro de 1991 a 9 de março de 1995. Em 1998 ficou como segundo suplente do DEM, tendo contabilizado 25.989 votos. Em 17 de fevereiro de 2000, assumiu uma cadeira na Assembleia no lugar de João Macagnan, que passou a exercer cargo no Executivo. Na mesma data, Julio Garcia foi eleito líder da bancada. Com a eleição de Ciro Roza à prefeitura de Brusque, em novembro de 2000, efetivou-se como deputado estadual.

Em 2002, foi reeleito como deputado estadual com 32.573 votos, para o mandato 2003 a 2006. Em 1º de fevereiro de 2005, foi conduzido, por unanimidade, à presidência da Assembleia Legislativa na primeira eleição com voto aberto para o cargo que exerceu por dois anos.

Em 1º de outubro de 2006 foi reeleito deputado estadual com 51.010 votos. Em 1º de fevereiro de 2007, Julio Garcia foi reconduzido para mais um mandato como presidente do Poder Legislativo de fevereiro de 2007 a janeiro de 2009. Na eleição aberta, obteve novamente a unanimidade dos votos.



Em discurso emocionado, Julio Garcia faz balanço de sua trajetória

GERAL

Comissão de Economia aprova projeto do salário mínimo regional

A Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, presidida pelo deputado Sílvio Dreveck (PP), aprovou o relatório e voto-vista do líder do Governo, deputado Elizeu Mattos (PMDB), ao Projeto de Lei Complementar nº 30/09, que institui o Salário Mínimo Regional. A reunião do dia 2 contou com a presença de representantes de sindicatos de trabalhadores, centrais sindicais e da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc). O PLC volta a ser analisado pela Comissão de Constituição e Justiça, já que sofreu alterações, e deve ser votado em Plenário dia 9.

Em seu relatório, Elizeu emitiu voto discordante ao do relator do projeto na comissão, deputado Renato Hinnig (PMDB), acatando as emendas de Hinnig e Dreveck, que concede aos motoristas do transporte urbano salário de R\$ 679,00 e não de R\$ 587,00, como estava no projeto original, mantendo os demais trabalhadores da categoria com piso de R\$ 587,00.

A outra emenda acatada, dos deputados Darci de Matos (DEM) e Dreveck, acrescenta os trabalhadores da indústria mobiliária na faixa salarial de R\$ 616,00, que estavam originalmente na faixa de R\$ 647,00.

Elizeu apresentou ainda outras duas emendas. Uma aditiva, que acrescenta a participação do governo do Estado na negociação para a atualização dos pisos salariais entre as entidades sindicais dos trabalhadores e empregadores. E uma modificativa, que altera a vigência da lei para janeiro de 2010, antes prevista para vigorar imediatamente após sanção governamental. "O relatório que apresentei aprimorou o projeto. Conversamos por dois dias para atender categorias patronais e os trabalhadores", justificou.

Os trabalhadores aplaudiram de pé a aprovação do relatório do líder do governo, mas o coordenador sindical do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

(Dieese/SC) e diretor da Federação dos Trabalhadores do Comércio no Estado de Santa Catarina, Ivo Castanheira, fez ressalvas às modificações. Segundo ele, nenhum dos dois relatórios atendeu todas as reivindicações dos trabalhadores. "Não concordamos com todas as emendas apresentadas. A nossa principal reivindicação é a data de correção dos pisos que não aconteceu", declarou.

O presidente em exercício da Fiesc, Glauco José Côrte, reclamou que as propostas de ajustes apresentadas pelos industriários não obtiveram êxito. "Lamento porque achei que teríamos um espaço maior nas negociações. Defendemos a livre negociação e por isso somos contra a participação do governo nas discussões para o reajuste anual. Por questão de isonomia, o governador também tem que participar da discussão do reajuste das demais categorias", disparou.

Eduardo Guedes de Oliveira



Na reunião no auditório Antonieta de Barros, deputados acatam voto de vista do líder do governo, Elizeu Mattos

Regimento Interno com novo prazo para tramitação das medidas provisórias

De autoria do presidente do Poder Legislativo, deputado Jorginho Mello (PSDB), o Parlamento catarinense aprovou essa semana o Projeto de Resolução nº 14/09. A matéria dará nova redação aos artigos 311 a 317 do Regimento Interno da Casa, que trata dos prazos de tramitação das medidas provisórias. "Ampliamos o prazo para tramitação do processo legislativo, de 30 para 60 dias. Com essa mudança os parlamentares terão mais tempo para analisar com mais eficácia as MPs", informou.

As novas alterações visam adequar o processo legislativo das medidas provisórias, regulado no Regimento Interno, às novas normas estabelecidas pela Constituição Estadual, decorrentes da Emenda Constitucional nº 07/2008. Diante da nova vigência estabelecida pela emenda, que modifica o prazo de eficácia das MPs, o legislativo estadual passa a ter o mesmo prazo da Câmara Federal para a admissibilidade e o exame das MPs no âmbito das Comissões e de apreciação em Plenário.



Presidente Jorginho Mello, autor



Pela proposta, ficará proibido o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou qualquer produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, em recintos coletivos

Maior rigor para fumantes em Santa Catarina

Emenda substitutiva global estende veto ao tabaco a locais públicos e privados

Rose Mary Paz Padilha
Tatiani Magalhães

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou, dia 1º, o Substitutivo Global do deputado Cesar Souza Júnior (DEM) aos Projetos de Lei 25/08, 271/08 e 273/08, dos deputados Antônio Aguiar (PMDB), Jean Kuhlmann (DEM) e Giancarlo Tomelin (PSDB), respectivamente. A matéria, que segue agora para tramitação na Comissão de Saúde, com prazo de três reuniões ordinárias para apreciação e votação, altera a Lei 7.592/89, que proíbe o uso do fumo em locais fechados.

A proposta prevê que a proibição seja estendida a locais públicos

e privados, mas deixa a possibilidade para fumantes utilizarem os ambientes abertos nesses espaços ou ao ar livre. Fica proibido o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, em recinto coletivo fechado – público ou privado.

Por recinto fechado entende-se todos os lugares destinados à utilização simultânea de várias pessoas, delimitados por paredes e teto, incluindo-se halls, antecâmaras, escadas, rampas e corredores, tais como – hospitais, maternidades, clínicas, consultórios médicos e odontológicos, laboratórios; cinemas, teatros, auditórios, salas de aulas e assem-

lhados; - restaurantes e repartições públicas; elevadores; e veículos de transporte coletivo municipal e interurbano, além de táxis.

Excluem-se da proibição os locais abertos ou ao ar livre, varandas, terraços e recintos fechados destinados ao fumo, desde que devidamente isolados e com arejamento conveniente. Nesses recintos deverão ser afixados aviso, em locais de ampla visibilidade, indicando a proibição e as sanções aplicáveis, bem como a utilização do sinal internacional de proibição de fumar nos recintos onde for comum a presença de estrangeiros ou analfabetos.

Em comparação à lei paulista, já

em vigor, a proposta catarinense é menos restritiva. Em São Paulo, o fumo também está proibido em locais parcialmente fechados e não são permitidos os fumódromos. Lá, aos fumantes, restam apenas as suas residências, vias públicas e cultos religiosos em que o fumo faça parte do ritual. Também está previsto na lei paulista que o Estado deverá realizar campanhas.

Também tramita no Parlamento catarinense o Projeto de Lei 194/08, do deputado Narcizo Parisotto (PTB), que proíbe o fumo nas áreas externas que dão acesso aos atendimentos de emergências de hospitais públicos e privados do estado.

Parlamentar defende ambientes livre de fumaça

O deputado Antonio Aguiar (PMDB), que é médico, argumenta que seu projeto visa proteger a sociedade em geral e, especialmente, o fumante passivo, pois sugere a proibição do consumo de cigarros e outros produtos fumígenos, derivados ou não de tabaco, em restaurantes e lanchonetes.

"O maior benefício de um ambiente livre de fumaça de cigarro está na redução dos riscos inerentes aos fumantes passivos. Com o

ambiente sem fumaça de cigarro, o odor será mais agradável, melhorando o paladar no consumo de alimentos e bebidas nos estabelecimentos", ressaltou. Para o parlamentar, a iniciativa também tem por finalidade minimizar o incômodo causado pelos fumantes em locais públicos.

Na justificativa para a apresentação da matéria, Aguiar ressaltou que estudos científicos comprovaram que o fumante passivo leva

desvantagem em relação ao fumante por opção. "A permanência em um ambiente poluído faz com que se absorvam quantidades de substâncias, tais como a nicotina, em concentrações semelhantes às de quem fuma. Foi comprovado que a fumaça exalada pelo fumante é mais prejudicial do que a fumaça normal do cigarro. O fumante passivo, além de absorver o grande número de contaminantes químicos da fonte emissora, passa

a receber o acréscimo produzido pelo fumante", afirmou.

Aguiar revelou que, em médio e longo prazo, outros efeitos, como a redução da capacidade funcional respiratória, o risco de arteriosclerose e o aumento do número de infecções respiratórias em crianças, fazem com que fumantes passivos morram em número duas vezes maior por câncer de pulmão do que as pessoas que são submetidas à poluição tabagística ambiental.

Deputados preocupados com saúde

O deputado Giancarlo Tomeli (PMDB), autor de um dos projetos antitabagismo, justifica que a saúde é um direito fundamental de todos e um dever do Estado, como preveem os artigos 196 da Constituição Federal e 153 da Constituição do Estadual.

"Dentro desta determinação, precisamos assegurar, por meio de políticas públicas, a redução do risco de doenças causadas pela fumaça do cigarro", frisou. Seu projeto proíbe o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco em recintos de uso coletivo, total ou parcialmente fechados, onde haja permanência ou circulação de

peças. Também propõe a criação de ambientes de uso coletivo livres do tabaco.

De acordo com o deputado Jean Kuhlmann (DEM) a matéria de sua autoria - que impede o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, em recinto coletivo fechado, seja público ou privado - é de extrema importância. "Além de o cigarro ser prejudicial à saúde de quem fuma, os não fumantes são os mais prejudicados com a fumaça do cigarro. Nossa intenção é conscientizar a sociedade visando garantir a saúde de todos", disse.

Na visão do deputado Parisotto, seu projeto protege os catarinenses, especialmente aqueles que buscam atendimento médico, qualquer que seja o motivo, e seus acompanhantes. "Não podemos deixar o cidadão que procura um atendimento emergencial exposto à fumaça do cigarro, o que poderá agravar o quadro clínico do paciente. E é comum vermos, nas portas de hospitais e clínicas, pessoas fumando enquanto esperam pelo atendimento. Devemos, sim, criar leis que inibam o consumo de cigarros em locais de grande fluxo de pessoas, como os hospitais do nosso estado." O texto propõe a proibição do fumo nas áreas externas que dão acesso aos atendimentos de emergências de hospitais públicos e privados.

Eduardo Guedes de Oliveira



Deputado Antônio Aguiar, um dos autores da proposta, fundamenta restrição em defesa dos fumantes passivos

A legislação e a evolução da doença

Existem três leis em vigor que restringem o fumo em Santa Catarina. A primeira é a Lei 7592, de 1989, é de autoria do ex-deputado Vânio de Oliveira e foi sancionada pelo governador Casildo Maldaner (PMDB). A lei proíbe fumar em lugares fechados, especificamente hospitais, maternidades, clínicas, consultórios médicos, odontológicos e laboratórios; cinemas, teatros, auditórios, salas de aula e assemelhados; elevadores; veículos de transporte coletivo municipal e interurbano e táxis.

Outras duas leis de origem legislativa também regulam o assunto no estado: a de nº 11.697, de 2001, de autoria do deputado Narcizo Parisotto, que proíbe a venda de cigarros a menores de 18 anos, e a de nº 13.017/2004, da ex-deputada Simone Schramm (PMDB), que impede o consumo de cigarros em quaisquer recintos das escolas públicas ou privadas de 1º ou 2º grau. Segundo a Organização Mun-

dial de Saúde (OMS), no século XX cerca de 100 milhões de mortes foram causadas pelo uso do tabaco, que tem em sua composição mais de 4 mil substâncias químicas nocivas à saúde. Para o século XXI a estimativa é que 1 bilhão de pessoas no mundo morram por causa desse mal, que é considerado uma pandemia mundial. As previsões do órgão é que as mortes subirão para mais de 8 milhões por ano em 2030 e que 80% delas serão nos países em desenvolvimento.

Doenças

A medicina tem catalogadas mais de 20 doenças que estatisticamente incidem em maior proporção em fumantes. Entre elas estão as cardíacas, vários tipos de câncer, abortos, doenças respiratórias, úlceras, esclerose múltipla e leucemia.

Condenado pela OMS por ser a principal causa de morte evitável no mundo, o tabaco atinge 16% dos

brasileiros, de acordo com pesquisa de 2007 da Vigitel (Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico) - um dos mais completos levantamentos do Ministério da Saúde já feitos no país, segundo o próprio órgão.

A OMS estabelece seis pontos estratégicos para o combate ao uso do tabaco: monitorar o uso do tabaco e as políticas de prevenção; proteger as pessoas da fumaça do tabaco; oferecer ajuda àqueles que desejam parar de fumar; alertar a respeito dos riscos do tabaco; reforçar a propaganda anti-tabagismo; aumentar impostos sobre a comercialização do tabaco. No Brasil, 200 mil pessoas morrem por ano devido ao tabaco. Dados mostram que 24% das crianças são fumantes passivos. O "Disque Pare de Fumar", do Ministério da Saúde, através do fone 0800 611997, aponta que as pessoas que ligam para o serviço têm entre 18 e 24 anos.

COMISSÕES

Alberto Neves



Representantes de lotéricas e franqueados da ECT acompanham votação do projeto na CCJ, que isentou estabelecimentos de menores proporções da contratação de vigilantes

Novas regras devem reger segurança de lotéricas e agências dos Correios

Comissão aprova projeto que obriga estabelecimentos a manter vigilantes a partir do dia 17 de setembro

Os representantes de casas lotéricas e franqueados de agências dos Correios comemoraram a aprovação na Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, do Projeto de Lei nº 288/09, que alterou Lei nº 14.737, que prevê a obrigatoriedade de manter vigilantes nestes estabelecimentos, a partir do próximo dia 17 de setembro. O projeto seguiu para a Comissão de Finanças e Tributação, onde foi adiada a votação diante do pedido de vista do deputado Renato Hin-

nig (PMDB).

O relator da matéria, deputado Joares Ponticelli (PP), acatou a emenda substitutiva global do deputado Darci de Matos (DEM), apresentada na CCJ, dia 1º, com novas regras alteram as determinações da Lei nº 14.737.

As casas lotéricas que operarem com quatro ou menos terminais financeiros, os que recebem e fazem pagamentos, bem como as agências franqueadas dos Correios, ficam desobrigadas de manter um

vigilante para fazer segurança do estabelecimento. Estabelecimentos com a mesma configuração e que estiverem localizados em shoppings centers, supermercados ou outros locais que já existam serviços de segurança, prestados por vigilantes profissionais, também não precisarão contratar vigilantes próprios.

As casas lotéricas e agências de correios que estão desobrigadas de vigilância pessoal terão que atender a outros requisitos visando

à segurança. Deverão manter um sistema de vigilância eletrônica através de câmeras de filmagens, cofrestipo "boca de lobo" e alarmes de comunicação direta e automática com empresas de vigilância especializada, salvo se este serviço não for oferecido pelo município.

Mesmo que algumas medidas ainda tenham que ser tomadas para melhorar a segurança, os representantes das casas lotéricas e das agências dos Correios consideraram realista a nova proposta

de lei. Segundo o presidente do Sindicato das Lotéricas de Santa Catarina, Sérgio Renato da Silva, é equivocado o pensamento de que se ganham grandes valores neste serviço. Segundo ele, para prestarem serviços relevantes como pagamentos de Bolsa Família e Bolsa Escola - mais de 80% dos benefícios concedidos -, e recebimento de pagamento de faturas de água, luz, telefone, condomínios, entre outras contas, as lotéricas têm lucro médio de R\$ 2.500,00.

Deputados contribuem com proposta

A aprovação do projeto na CCJ foi possível com a intervenção de alguns parlamentares que negociaram um termo favorável ao assunto junto ao líder do governo, deputado Elizeu Mattos (PMDB), do relator Joares Ponticelli e do deputado Darci Matos, autor do projeto. O fato foi mencionado pelo deputado Darci que reconhece, neste, "um segmento que presta importante papel social à população".

Darci reforça que mesmo atendendo aos apelos dos representantes das casas lotéricas e de agências dos Correios, para que não permitissem que a lei já aprovada fosse aplicada da

maneira como estava, a preocupação com a segurança não foi deixada de lado, pois estão previstas outras medidas neste sentido. "Seriam aproximadamente 5 mil postos de trabalho que estariam em risco, caso a lei anterior entrasse em vigor da forma como estava, agora, no dia 17", comentou Darci.

Elizeu Mattos disse que o esforço foi para desconstruir uma situação que seria de injustiça com o segmento e que já existe o compromisso do governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) de sancionar este projeto, transformando-o em lei.

O debate em torno do as-

sunto levou os parlamentares à discussão também da responsabilidade sobre a segurança. O líder do Democrata, deputado Cesar Souza Júnior, comentou que o problema de insegurança é um assunto da maior gravidade, mas defende a discussão feita com aqueles que recebem a maior parcela dos lucros, que são a Caixa Econômica Federal e os Correios. A opinião é compartilhada pelo deputado Marcos Vieira (PSDB), que entende que uma vez que estas instituições federais terceirizam os serviços, também devem garantir recursos que ofereçam a segurança necessária.

Cuidado na análise dos projetos

Os deputados Pedro Uczai (PT), Joares Ponticelli e Cesar Souza Júnior ainda comentaram que a experiência na análise da matéria tem que servir para que os parlamentares estejam mais atentos às propostas que são aprovadas no Parlamento. "Essa é uma situação que coloca a necessidade de discutir melhor os projetos dos próprios colegas. Neste caso, quando o projeto foi debatido, deveria prever a diferenciação entre os estabelecimentos, bem como as medidas de segurança necessárias, sempre de maneira adequada", defendeu Uczai.

Já o democrata disse que

existe a necessidade de se prevenir da pressão das galerias lotadas e corrigir o que não está de acordo com um contexto justo. Posição semelhante assumiu o deputado Joares Ponticelli. "Precisamos fazer o 'mea culpa', pois a matéria foi apreciada sem medir as consequências ao setor em questão, o que poderia produzir uma quebra de equilíbrio, penalizando um setor produtivo. Os vigilantes cumpriram com seu papel quando vieram dar apoio ao projeto, pois estavam na expectativa do surgimento de novos postos de trabalho, mas não pensamos em tudo o que este assunto envolve."

PLENÁRIO

Cobalchini se efetiva, mas abre espaço para Carlos Chiodini

Aos 26 anos, o mais jovem parlamentar da atual legislatura, Carlos Chiodini (PMDB), tomou posse dia 2 como deputado estadual. Chiodini é suplente do secretário de Coordenação e Articulação, deputado licenciado Valdir Cobalchini (PMDB), que se efetivou no cargo com a renúncia de Julio Garcia, atual conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Cobalchini manteve-se à frente da Secretaria de Estado e assim abriu espaço ao companheiro de partido.

Chiodini é empresário e tem como base eleitoral o Vale do Itapocu, Norte do estado. No ano passado, atuou na Assembleia por 60 dias, quando sugeriu ao governo a criação da gerência regional da Fatma em Jaraguá do Sul, para atender a demanda legal e desafogar a unidade de Joinville. O parlamentar também foi proponente da sessão solene em homenagem aos 70 anos da Associação Comercial e Industrial de Jaraguá



Eduardo Guedes de Oliveira

Chiodini representa o Vale do Itapocu e Norte de Santa Catarina

do Sul (ACIJS).

Com sua posse, o PMDB fica com 12 deputados na Casa, sendo a maior bancada. O Democratas, após a saída de Julio Garcia, fica com cinco deputados. Isso aconteceu devido à coligação dos partidos PMDB/DEM nas eleições proporcionais de 2006. De acordo com o artigo 59 do Regimento Interno, Chiodini também assume as vagas

de Julio Garcia nas Comissões de Agricultura e Política Rural e na Legislação Participativa.

Em seu primeiro pronunciamento, afirmou que vai trabalhar com a missão de provar que tudo que se faz com honestidade, dá lucro. "Vou lutar pelos jovens do estado. Quero fazer um bom trabalho por Santa Catarina e espero contar com todos os parlamentares."

Compromisso com os jovens

Representante do Vale do Itapocu, Chiodini tem como principal bandeira a luta pela juventude. Ele afirmou que todos os assuntos referentes ao segmento serão abordados por ele. "Quero ouvir os jovens para que, então, possa ter um rumo para seguir. Todas as aspirações da juventude catarinense serão foco de meu trabalho", disse. A participação efetiva do jovem na política também será incentivada.

O líder da bancada do PMDB, deputado Antônio Aguiar, deu as boas-vindas ao jovem parlamentar, que volta à Casa. "Jaraguá do Sul sempre está bem representada neste Poder. O presidente do PMDB Jovem vai fazer um grande trabalho no Parlamento, com a competência e a dedicação que lhe são peculiares."

Em nome do PT, o líder Dir-

ceu Dresch afirmou que é uma alegria ter um deputado tão jovem. "Com certeza, vai representar sua região com muito compromisso. O Parlamento ganha e a população catarinense também", declarou. O deputado Darci de Matos (DEM) falou em nome do partido. "Tenho plena convicção de que será realizado um excelente trabalho. É um político jovem, aguerrido e justo. Vai agregar valores."

O secretário de Estado Valdir Cobalchini, novo titular da vaga de deputado estadual, é natural de Caçador e no ano passado assumiu cadeira no Parlamento. Como deputado defendeu propostas para melhorar a saúde, educação, meio ambiente, trânsito, cultura e economia. Cobalchini já esteve à frente da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Caçador.

APROVADOS

Erva-mate

De autoria do deputado Antônio Aguiar (PMDB), foi aprovado, dia 2, o Projeto de Lei nº 101/08, que visa estimular o plantio, preservação e manejo da erva-mate *ilex paraguariensis*, além do aproveitamento industrial em Santa Catarina.

Segundo o autor, a iniciativa prevê incentivo ao plantio e preservação do mate a partir de um

inventário que deverá identificar e quantificar plantios e espécie.

Em sua justificativa, Aguiar ressaltou que o projeto vai estimular a agroindústria da erva-mate com políticas públicas para o aumento da produção, ampliando a geração de empregos e tributos aos municípios catarinenses e assegurando ao agricultor renda necessária para viver.

Mulher Negra

Consolidado como o Dia Internacional da Luta e da Resistência da Mulher Negra, por ocasião do I Encontro de Mulheres Afro-ateno-americanas e Afro-caribenhas, em São Domingos, República Dominicana, em 1992, 25 de julho passa agora a ser também o Dia Estadual da Mulher Negra. A

iniciativa partiu da ex-deputada Ângela Albino (PCdoB), autora do Projeto de Lei nº 330/09, aprovado dia 2. O objetivo é mostrar a importância da mulher negra que, ao longo dos anos, vem superando desafios e obstáculos numa sociedade machista e racista, buscando qualificação e formação.

Ozônio

Foi aprovado, dia 2, o Projeto de Lei nº 18/09, do deputado Padre Pedro Baldissera (PT), que institui o Programa Estadual de Eliminação da Produção e Consumo de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – Programa Geladeira Ecológica, para combater o desperdício, proteger o meio ambiente e oferecer economia e conforto à baixa renda. Prevê a troca incentivada de geladeiras usadas.

Selo ambiental

Com a aprovação do Projeto de Lei nº 121/08, do deputado Darci de Matos (DEM), dia 2, será criado o Selo de Responsabilidade Ambiental para os municípios ecologicamente corretos. As cidades deverão comprovar, entre outras situações, que têm áreas degradadas em recuperação e tratamento dos esgotos. As que tiveram conquistado o selo terão preferência em linhas de financiamento, repasse de créditos e compensações tributárias.

Câncer de pele

Aprovado dia 2 o Projeto de Lei nº 80/08, do deputado Antônio Aguiar (PMDB), que determina a distribuição gratuita de protetor solar aos portadores de câncer de pele em Santa Catarina. A ação pretende minimizar o agravamento da doença e beneficia pacientes cuja renda familiar seja de até três salários mínimos.

Para receber o produto, o paciente deverá apresentar a prescrição médica, junto com o comprovante das secretarias municipais de Saúde declarando que o usuário está em tratamento. A distribuição será feita pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e pela Secretaria de Estado da Saúde.

Deficiente

Para facilitar a vida dos deficientes visuais, foi aprovado, dia 2, o Projeto de Lei nº 92/09, de autoria do deputado Gelson Merísio (DEM), que determina a obrigatoriedade da apresentação de uma lista de medicamentos genéricos em braille, em todas as farmácias e drogarias situadas no estado.

De acordo com Merísio, o último censo do IBGE revelou que existem aproximadamente 16,5 milhões de deficientes visuais no Brasil, uma parcela significativa na sociedade que faz parte de um contingente carente de inclusão social.

Acompanhante nos hospitais

Projeto de Lei nº 29/09, do deputado Darci de Matos (DEM), aprovado dia 1º em Plenário, torna obrigatória a fixação de cartazes, à vista da população, nas dependências dos hospitais, maternidades e postos de saúde da rede oficial, particular e conveniados, informando que, de acordo com o Estatuto da Criança

e do Adolescente, é direito do pai, mãe ou responsável legal permanecer com seus filhos em caso de internação. O aviso deverá conter o timbre do hospital e ser fixado em local estratégico que facilite sua visualização pelo público, como porta de entrada, recepção, pronto-socorro, pediatria e entrada da ala de internação.

Laqueadura

Plenário aprovou o Projeto de Lei nº 085/09, do deputado Jailson Lima (PT), que trata da gratuidade aos cidadãos residentes e domiciliados em Santa Catarina na realização de intervenções cirúrgicas denominadas laqueadura tubária, vasectomia e esterilização transcervical, nas condições e critérios fixados pelo Executivo, quando efetu-

adas nos hospitais e maternidades da rede pública estadual e conveniados do SUS.

A proposição recebeu o aval dos parlamentares por intermédio de emenda substitutiva global, apresentada pelo deputado Cesar Souza Júnior (DEM), que informa que esterilização transcervical é o método anticoncepcional permanente sem cirurgia.

Call Centers

Os parlamentares aprovaram, dia 2, o Projeto de Lei nº 238/09, do deputado Jean Kuhlmann (DEM), que torna obrigatório o encaminhamento, por escrito, de contratos firmados por meio de "call center" e formas similares, aos contratantes. A nova lei atingirá empresas atuantes no estado, que trabalham com qualquer forma de venda a distância. Elas terão 20 dias para

encaminhar o documento e o consumidor terá prazo de sete dias, após o seu recebimento, para rescindi-lo.

O contrato escrito deverá ser cumprido, fielmente, pelas partes. Caso contrário, poderão ensejar ações judiciais que evitem prejuízos e contribuam para a mudança de comportamento das empresas que operam vendas a distância.

ESPECIAL

A retomada das obras no Porto de Itajaí

Governo federal prevê que reconstrução seja concluída até abril de 2010

No dia 3, técnicos da Secretaria Especial de Portos, do governo federal, funcionários do Porto de Itajaí e do Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias realizaram o teste de colocação das estacas para determinar o tamanho dos equipamentos necessários para a continuidade das obras de recuperação do Porto de Itajaí. O anúncio da retomada das obras de reconstrução do local foi feito pelo ministro da Secretaria Especial de Portos, Pedro Brito, durante reunião realizada dia 1º, em Brasília, com os integrantes do Fórum Parlamentar Catarinense.

Segundo o superintendente do Porto de Itajaí, Antonio Aires, as estacas, que já foram compradas, chegam dentro de 15 dias, quando serão instaladas. "Se as condições climáticas forem

favoráveis, acreditamos que o cronograma das obras seja cumprido e que estaremos com tudo pronto em abril do ano que vem", afirmou. Disse também que em agosto o porto operou com apenas 35% da carga movimentada em igual período do ano passado e que o funcionamento parcial significou R\$ 40 milhões que deixaram de circular na economia do município de Itajaí.

A promessa do ministro é que o porto seja entregue em 10 de abril de 2010. As obras serão executadas pelo mesmo consórcio que já tinha realizado o trabalho inicial, paralisado por necessidade de alteração no projeto. Através de autorização do Tribunal de Contas da União (TCU), a Secretaria de Portos decidiu fazer um novo contrato com o consórcio.

Deputados destacam decisão

O deputado Serafim Venzon (PSDB) disse que a retomada das obras é fundamental porque a vida econômica da cidade depende do porto. "Santa Catarina tem vocação natural para a atividade portuária e dependemos muito disso. Esperamos que esse cronograma seja realmente cumprido."

Para o líder do governo, deputado Elizeu Mattos (PMDB), justamente pela importância que o porto tem para a economia catarinense, a reconstrução já deveria estar concluída. "Felizmente as questões que impediam a retomada foram resolvidas e esperamos ver o porto em pleno funcionamento o mais breve pos-

sível, expectativa que é também do governador Luiz Henrique da Silveira", declarou.

O deputado Adherbal Deba Cabral (PMDB) frisou que o porto deveria estar em pleno funcionamento há pelo menos seis meses. O parlamentar tem preocupação em relação ao cumprimento do cronograma. "Temo que haja impedimentos de ordem financeira que possam novamente atrasar as obras, que o consórcio queira um novo aditivo, por exemplo. É importante lembrar que 2010 é ano de eleições e que 31 de março – seis meses antes das eleições – é o prazo final para a conclusão das obras. Vamos ficar vigilantes", alertou.



Enchente de novembro de 2008 provocou estragos estruturais

CRIANÇAS DESAPARECIDAS



Fernando Pereira de Paula
Nascido em 14/08/1987
Desaparecido em 06/06/1997
Cidade: Curitiba – PR



Grazielli Prevellactto Rodrigues
Nascida em 17/12/1988
Desaparecida em 17/05/1998
Cidade: São Paulo – SP



Jessica Jardini Salomão
Nascida em 19/11/1991
Desaparecida em 30/05/2006
Cidade: São Paulo – SP



Vanessa Cristina Nos
Nascida em 26/06/1987
Desaparecida em 13/03/2003
Cidade: Telêmaco Borba – PR